

Texto para Discussão

Série Economia

TD-E / 7 - 2000

Relocalização do Emprego Industrial no Brasil na Década de 90.

Prof. Dr. Paulo Furquim de Azevedo
Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior

Relocalização do Emprego Industrial no Brasil na Década de 90.

Paulo Furquim de Azevedo*
Rudinei Toneto Júnior**

Resumo

Este artigo analisa a relocalização do emprego industrial no Brasil. As mudanças institucionais nos anos 1989/90 – abertura comercial e Constituição de 1988 – reforçaram a tendência de desconcentração observada no período 1974-1988. A análise divide a década de 90 em dois períodos: a) 1991-93, caracterizado por estratégias defensivas, como redução de custos; e b) 1994-97, em que ocorrem novos investimentos como relocalização de plantas. A análise mostra que os setores intensivos em trabalho migraram para as regiões com baixos salários, enquanto os setores intensivos em recursos naturais se deslocaram para regiões em que o recurso natural relevante está mais disponível. Por outro lado, setores intensivos em capital se relocalizaram em áreas próximas à São Paulo, como o Paraná e Minas Gerais, que possuem vantagens em termos de infra-estrutura, logística e mão-de-obra qualificada. Além disso, há evidências sobre a importância das políticas regionais conduzidas pelos governos estaduais (guerra-fiscal). Finalmente, destaca-se, também, o fato de ter ocorrido relocalização do emprego industrial dentro do Estado de São Paulo, o que indica que as políticas estaduais não são as únicas razões para a relocalização do emprego.

Abstract

This paper investigates the pattern of geographic distribution of industrial employment in Brazil. The institutional change in 1989/90 – trade liberalization and 1988 Constitution – re-enforced the de-concentration pattern observed in the period from 1974 to 1988. The analysis divides the 90's into two different intervals: a) 1991-93, characterized by defensive strategies, such as cost cuts; and b) 1994-97, with new investments, such as plant relocation. The analysis shows that labor intensive sectors migrated to low wage areas, whereas natural resource intensive sectors relocated to regions where the relevant natural resource was more available. On the other hand, capital intensive sectors relocated to areas nearby the São Paulo, such as Paraná and Minas Gerais, which provide infrastructure, logistic advantages and qualified labor. In addition, there are evidences of the importance of regional policies, conducted by state governments. Finally, there was also a relocation of industrial employment inside São Paulo State, which indicates that state policies are not the unique reason for employment relocation.

Palavras-Chaves

Emprego Industrial, Relocalização, Abertura Comercial, Guerra-Fiscal

* Professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCar,

** Professor do Departamento de Economia da FEA/USP, Campus de Ribeirão Preto.

1. Introdução

O estudo da dinâmica espacial do emprego industrial é um importante ponto de referência àqueles que se dedicam à economia regional. Em síntese, a elevada concentração regional de renda na economia brasileira é normalmente associada a um desenvolvimento industrial desigual, ao longo do Processo de Substituição de Importações, que se concentrou na região Sudeste, especialmente em São Paulo e em sua região metropolitana (Cano, 1977). O emprego industrial, portanto, foi frequentemente utilizado como uma *proxy* da dinâmica industrial e, por conseqüência, da renda. Este trabalho procura apresentar novas evidências ao debate sobre desenvolvimento regional no Brasil, sob uma perspectiva da distribuição espacial do emprego industrial formal. A análise aqui empreendida permite avaliar o processo de desconcentração do emprego formal – em si uma variável relevante –, assim como conciliar resultados aparentemente inconsistentes da literatura (Diniz, 1999) (Sabóia, 1999).

O ponto de partida é o reconhecimento que a intensa reestruturação industrial ao longo da década de 90 desautoriza uma relação direta entre emprego e produto industrial, sobretudo pela elevação da produtividade do trabalho, por motivos espúrios, como terceirização e precarização das relações de emprego, ou autênticos, como a adoção de novas tecnologias e formas de produção. Nesse sentido, a desconcentração do emprego industrial não implica que o mesmo ocorra com a renda, seja por aumentos diferenciados da produtividade industrial, seja pela modificação da importância relativa do setor industrial. Em que pese a dissociação entre produto e emprego industrial, a distribuição espacial deste, particularmente do emprego formal, é “uma investigação de valor próprio” (Andrade & Serra, 1999), dado que está associado à presença de relações de trabalho de maior qualidade.

A preocupação com a desigualdade regional tem origem nos anos 60, em meio a um forte processo de concentração industrial em São Paulo, particularmente em sua região metropolitana. A fim de atuar sobre esse problema, configurou-se no Brasil uma política de desenvolvimento regional, consubstanciada na criação da SUDENE, da SUDAM e de um conjunto de outros órgãos, como o BNB, que deveriam conduzir políticas de desenvolvimento nas regiões deprimidas (Norte e Nordeste). A forma de atuação da política de desenvolvimento regional sempre foi caracterizada por uma forte centralização das decisões e instrumentos no governo federal. Os principais instrumentos utilizados foram os incentivos fiscais e creditícios para investimentos industriais nessas regiões, destacando-se, também, a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM). Além disso, principalmente nos anos 70, utilizou-se os investimentos públicos como forma de desconcentrar a atividade econômica, tanto em infra-estrutura (rodovia, portos, energia, etc), como no desenvolvimento de novos setores produtivos impulsionado pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), com destaque para o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia, a exploração de petróleo no litoral nordestino, a exploração do minério de ferro em Carajás no Pará, siderurgia no Maranhão, entre outros.

Em parte por decorrência dessas ações, no período 1970/85 ocorreu uma reversão na polarização do desenvolvimento industrial, em resposta aos seguintes fatores: aumento dos custos das principais áreas metropolitanas (São Paulo e Rio de Janeiro) combinadas com outras deseconomias de aglomeração (“efeito congestionamento”); melhoria da infra-estrutura no país, possibilitando a maior

integração do mercado; investimentos das estatais; expansão da fronteira agrícola e exploração de outros recursos naturais (Diniz e Grocco, 1996). Deve-se notar que, segundo esses autores, “apesar dos efeitos da fronteira agrícola do Centro-Oeste e da fronteira mineral do Norte e dos incentivos fiscais para as regiões Norte e Nordeste, os quais ajudam a explicar o crescimento de várias áreas industriais, o processo de desconcentração industrial foi relativamente contido no interior da Região Centro-Sul, em um grande polígono que vai da região central de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul” (Diniz e Grocco, 1996: 86)

A desconcentração industrial repercutiu positivamente no crescimento da renda das regiões menos desenvolvidas. Os estudos de crescimento econômico que tentam avaliar a convergência de renda entre os estados brasileiros mostram que este foi um período de convergência, com as regiões pobres apresentando maiores taxas de crescimento da renda (Schwartzman (1996) Azzoni (1997), Zini Jr. (1998)).

Duas alterações importantes ao final da década afetaram o quadro do desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, a Constituição de 1988 aumentou a participação dos estados e municípios na receita, agravando a crise fiscal do governo federal. Esse quadro comprometeu uma política industrial centralizada, possibilitando aos estados uma atuação mais agressiva pró-desenvolvimento, que teve uma de suas facetas na forma de guerra fiscal. Em segundo lugar, e com maior destaque, inicia-se um conjunto de reformas orientadas para o mercado: abertura comercial, liberalização financeira, privatização de empresas estatais e desregulamentação dos mercados.

Nesse contexto de mudança institucional, em que se observa a) fragmentação da política de desenvolvimento regional, com menor importância do governo federal e das empresas estatais, e b) abertura da economia, acirrando a concorrência, aumenta a necessidade de empresas buscarem ganhos de eficiência via redução de custos.

Entre os diversos impactos da abertura sobre a indústria brasileira pode-se destacar uma tendência à realocação, tanto de plantas já existentes como dos novos investimentos, em busca de menores custos. Uma série de fatores passam a afetar a decisão locacional, tais como nível salarial, qualificação da mão-de-obra, qualidade da infra-estrutura, incentivos fiscais, custos logísticos (proximidade do mercado consumidor e da fonte de matérias-primas).

Segundo Baer et alii (1998), com as reformas orientadas para o mercado e o maior direcionamento do comércio exterior brasileiro para o Mercosul, os investimentos tendem a concentrar-se no Centro-Sul devido ao maior mercado consumidor, maior qualificação da mão-de-obra, melhor qualidade da infra-estrutura, entre outros fatores. O Nordeste pode aproveitar-se de seus baixos salários para atrair investimentos de setores mais intensivos em mão-de-obra. Note-se, portanto, que a abertura pode forçar uma nova especialização das regiões.

O objetivo do trabalho é analisar os efeitos locais sobre o emprego industrial decorrentes da abertura comercial e do quadro de guerra fiscal instaurado no país. Pretende-se verificar se os setores intensivos em trabalho estão deslocando-se para os estados em que o custo salarial é menor (notadamente o Nordeste) e quais outras características dos estados influem na atração dessas indústrias. Adicionalmente, pretende-se investigar se existe alguma tendência de realocação nos setores mais intensivos em capital. Nossa hipótese, neste caso, é de uma realocação dentro da região desenvolvida do país privilegiando alguns eixos de desenvolvimento que partem da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), os quais

se destacam pela boa qualidade da infra-estrutura, proximidade do mercado consumidor e, principalmente, “pólos tecnológicos” com oferta abundante de mão-de-obra qualificada. Além desses processos tende a persistir o processo natural de realocização de determinados setores industriais que devem acompanhar a oferta de matéria-prima: deslocamento junto com a fronteira agrícola e com as novas áreas de extração mineral, florestal, etc.

O artigo divide-se em duas partes além da introdução e da conclusão. A primeira busca descrever a evolução do emprego industrial no Brasil por estados e setores selecionados, representando setores intensivos em capital (metalúrgico e mecânico), intensivos em recursos agropecuários (‘alimentos e bebidas’ e ‘madeiras e mobiliário’) e intensivos em mão-de-obra (calçados e têxtil), tentando identificar os determinantes da realocização, isto é, analisar as diferenças existentes entre os estados que ganharam e os que perderam participação em determinados setores *vis à vis* os demais. A segunda parte tenta verificar se houve processos de realocização dentro do Estado de São Paulo, de tal forma que se possa controlar os efeitos da guerra fiscal sobre essa tendência. Embora a realocização de empresas dentro de um mesmo estado possa ser motivada pela existência de incentivos no plano municipal, esse efeito tende a ser menor na ausência de participação de incentivos estaduais.

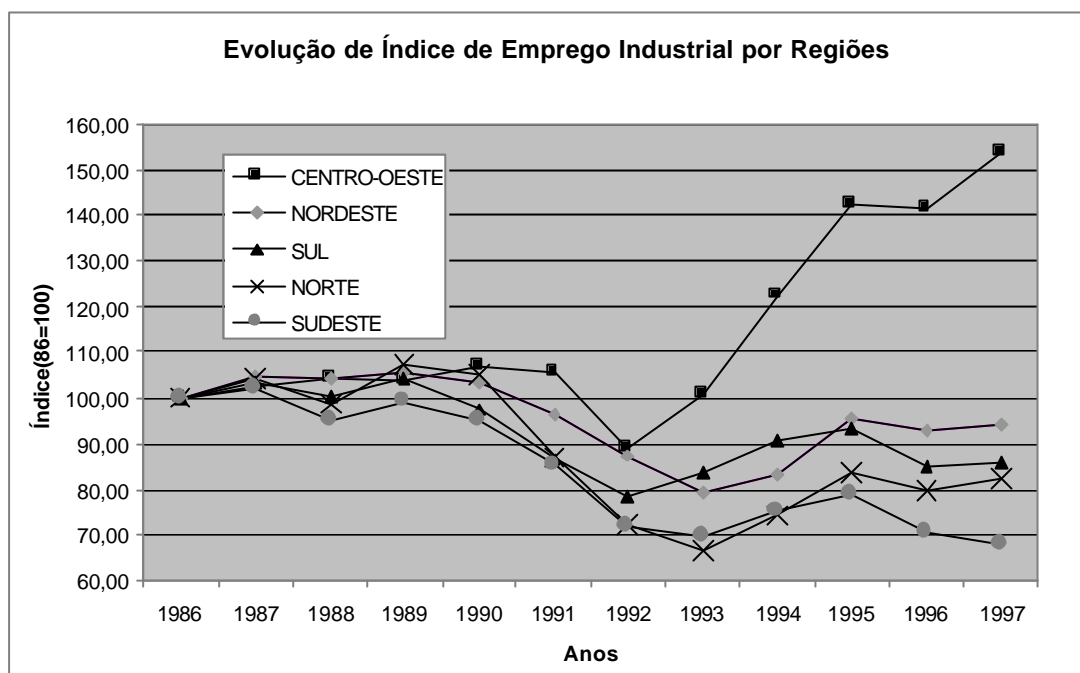
2. A Evolução do Emprego Industrial no Brasil.

As mudanças institucionais observadas na virada da década de 80, por ocasião da Constituição de 1988 e do conjunto de medidas que genericamente foi chamado de abertura de mercado, teve impactos sensíveis sobre o emprego industrial no Brasil. De um modo geral, observa-se uma forte retração entre os anos de 1991 e 1993, havendo, após 1994, uma recuperação. Os motivos levantados na literatura são variados e, algumas vezes, conflitantes. Entre os principais argumentos para explicar a queda do emprego e subsequente recuperação, pode-se destacar, além das flutuações macroeconômicas, a reestruturação industrial, decorrente da mudança das ‘regras do jogo’, sobretudo pela abertura e desregulamentação dos mercados, que implicou um aumento do grau de concorrência nos setores mais diretamente afetados pelas importações.

A queda do emprego industrial no início da década não foi acompanhado por uma queda equivalente do produto industrial, o que pode decorrer de três elementos: a) elevação da produtividade do trabalho, por decorrência de adoção de novas máquinas, novas técnicas de trabalho e, sobretudo, intensificação do trabalho; b) terceirização, transformando parte do emprego industrial em atividades de serviço e c) elevação da participação de componentes importados no produto final. Além disso, a elevação abrupta do grau de concorrência acarretou a extinção de diversos postos de trabalho no início da década. Esse acirramento da concorrência exigiu das empresas estratégias de redução de custos, sendo este um dos elementos para explicar a realocização de empresas, em busca de a) menores custos de mão-de-obra ou logísticos (sobretudo decorrentes da queda do frete da matéria-prima *versus* frete do produto final) e b) apropriação de incentivos fiscais. A efetiva adoção dessas estratégias, no entanto, estava condicionada ao ambiente macroeconômico, que impunha, até a adoção do Plano Real, um ambiente de elevada incerteza, o que, por sua vez, induzia a adoção de estratégias defensivas. Em um primeiro momento, de 1990 a 1993, o processo de reestruturação pautou-se pela intensificação do trabalho desacompanhada de novos investimentos, assim como pela terceirização motivada

pela redução de custos trabalhistas, acarretando uma queda geral do emprego industrial. Em seguida, no período de 1994 a 1997, a estabilidade monetária permitiu o estabelecimento de estratégias que implicassem inversão de capital, entre as quais se destacaram as estratégias de realocização, com importante impacto no emprego industrial.

Gráfico 1



Fonte: RAIS

A observação do movimento do emprego industrial por regiões, expresso no Gráfico 1, evidencia um processo já diagnosticado na literatura (Cano, 1995) (Diniz, 1995): a elevada correlação entre o emprego industrial nas diversas regiões do Brasil. Em outras palavras, elementos que condicionam os negócios nacionalmente – como aspectos macroeconômicos – mostram-se bastante relevantes para explicar o comportamento do emprego industrial em cada unidade da federação. Independentemente deste fato, é evidente um aumento de participação da região Centro-Oeste, havendo, em contraposição, uma perda de participação da região Sudeste. Nesta, destaca-se o fraco desempenho dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No período 1986/97, a retração do emprego industrial em São Paulo foi de 36% frente a 24% no país, fazendo com que a sua participação no emprego industrial se retraísse de 45% para 38%. Deve-se notar, que a queda mais acentuada se deu entre os anos de 1991/93. Entre 1986 e 1990, a queda do emprego industrial foi de 5,8%, já nos quatro anos seguintes, a queda acumulada foi de 30%. Em 1994/95 verifica-se uma recuperação do emprego da ordem de 12% seguida de uma queda de 16% nos dois anos seguintes.

Esses dados permitem a revisão dos resultados apresentados por Oliveira & Guimarães Neto (1997), que diagnosticam três fases principais no desenvolvimento brasileiro, no que se refere à redistribuição espacial do emprego. A primeira fase, caracterizada como um período de concentração da atividade econômica, em favor do Estado de São Paulo, compreenderia o período de 1950 aos meados da década de 70.

A segunda fase, da segunda metade da década de 70 a meados dos anos 80, é marcada pelo movimento de desconcentração, com o aumento da participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Finalmente, os autores identificam o período posterior a 1985 como um período de estabilidade nas participações das regiões no emprego. Os dados de emprego industrial, a partir de informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), indicam que, ao contrário do que fora inicialmente diagnosticado pelos autores, o movimento de desconcentração industrial teve continuidade no período recente, havendo inclusive uma aceleração após o processo de abertura de mercado.

Para evidenciar com maior precisão um processo de redistribuição espacial da produção industrial, é necessário eliminar os movimentos comuns, decorrentes de flutuações macroeconômicas. Para isso, foi calculado um índice de participação de cada estado no emprego industrial nacional, tomando-se o ano de 1986 como base. Em seguida, foi calculada a taxa de crescimento anual do índice de participação para os períodos representativos: a) período pré-abertura, b) período de ajuste inicial, e c) período de consolidação, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1
Evolução da Participação de Estados e Regiões no Emprego Industrial (%aa)

	1986-90	1991-93	1994-97	1986-97
RO	1,2	-2,4	17,5	5,8
AC	8,4	1,4	7,5	6,1
AM	3,1	-13,4	6,9	-0,4
RR	-4,2	12,4	11,0	5,6
PA	1,3	1,1	-0,6	0,5
AP	-2,6	-18,4	-2,8	-7,3
NORTE	2,1	-6,1	4,6	0,7
MA	1,9	2,5	1,6	2,0
PI	5,5	6,4	5,6	5,8
CE	0,4	3,5	6,6	3,5
RN	2,2	-2,4	8,2	3,0
PB	3,9	1,8	6,3	4,2
PE	3,2	-3,8	0,4	0,3
AL	1,2	2,7	9,1	4,4
SE	1,1	5,3	-3,2	0,6
BA	-0,6	-0,3	0,9	0,0
NORDESTE	1,7	0,0	3,6	1,9
MG	0,8	2,2	4,2	2,4
ES	-1,2	3,2	2,8	1,4
RJ	-0,8	-3,1	-3,7	-2,5
SP	-0,7	-1,8	-2,4	-1,6
SUDESTE	-0,5	-1,3	-1,4	-1,1
PR	1,7	4,4	4,3	3,4
SC	0,2	2,5	1,5	1,3
RS	-0,5	4,0	-3,5	-0,4
SUL	0,2	3,7	-0,1	1,0
MT	7,5	8,3	-1,4	4,4
MS	1,1	3,8	22,7	9,3
GO	1,8	7,5	10,8	6,6
DF	-1,3	9,2	6,2	4,2
CENTRO-OESTE	2,5	7,2	10,3	6,6

Fonte: RAIS

Por meio da Tabela 1 pode-se observar as tendências de desconcentração do emprego industrial. Taxas próximas a zero significam uma relativa estabilidade na participação de cada região no emprego. Tomando-se a série total analisada (1986 a 1997) pode-se observar uma relativa estabilidade entre regiões – taxas médias de crescimento anuais contidas no intervalo de $[-2;2]$ –, com exceção ao Centro-Oeste, que apresentou um diferencial de crescimento médio do emprego industrial de 6,6% ao ano. Esse resultado sugere que há um processo de desconcentração industrial em direção à produção agrícola, mas ainda não permite avaliar os efeitos da mudança institucional sobre a realocização do emprego industrial. Para isso, é necessário comparar as taxas médias de crescimento da participação de cada região nos três períodos relevantes. O primeiro período, de 1986 a 1990, registra as tendências de realocização anteriores à abertura de mercado, que, embora tenha sido um processo que teve seu início em 1988, sua ruptura mais visível deu-se na passagem de 1990 para 1991, no primeiro ano do governo Collor. O período seguinte, entre 1991 e 1993, marcou o processo inicial de ajuste das empresas à maior concorrência externa, o que implicou o fechamento de unidades e a extinção de postos de trabalho. Finalmente, o terceiro período, entre 1994 e 1997, já apresenta alguns resultados do ajuste às mudanças externas, em particular das estratégias de realocização de empresas, pressionadas pela maior concorrência à redução de custos de mão-de-obra e/ou logísticos.

O principal resultado geral que pode ser inferido a partir dos dados constantes na Tabela 1 é o papel da mudança institucional no reforço da tendência predominante anteriormente. As regiões de menor desenvolvimento industrial (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) apresentavam, até 1990, um crescimento superior ao da região Sudeste, mantendo a região Sul sua participação no emprego industrial. No período de ajuste às novas ‘regras do jogo’, de 1991 a 1993, as regiões cuja produção encontrava-se menos apta à concorrência externa – como Nordeste e Norte – perderam participação, o que interrompeu momentaneamente o processo de realocização observado anteriormente. No entanto, após o período inicial de ajuste – que foi acompanhado de extinção de empresas e postos de trabalho –, o movimento de realocização observado no período anterior à mudança institucional (período de 1986-90) foi acelerado, mais do que dobrando a taxa de crescimento médio do índice de participação das regiões de menor desenvolvimento industrial.

Este padrão de desenvolvimento espacial do emprego industrial permite conclusões adicionais. Mesmo em setores tradicionais – como têxtil e calçados – as empresas e o processo de produção em regiões beneficiárias da realocização são, no final da década de 90, qualitativamente distintas do que eram anteriormente. Em outras palavras, houve inicialmente a extinção de empresas e postos de trabalho para, posteriormente, observar-se a realocização de empresas em busca de menores custos de mão-de-obra.

Quando observadas as taxas de crescimento da participação dos estados, pode-se identificar que as principais reduções de participação ocorrem nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Uma vez que esses estados são os mais importantes no emprego industrial, essa queda de participação é ainda mais relevante, corroborando alguns resultados já abordados pela literatura (Diniz & Crocco, 1996) (Oliveira & Guimarães Neto, 1997). Parte dessa perda é compensada pelo bom desempenho no

período dos estados do Espírito Santo e, sobretudo, Minas Gerais, o que atenua a queda de participação da região Sudeste.

Há, portanto, um processo acelerado de desconcentração industrial inter-regiões, que não necessariamente está associado com um movimento de realocação de empresas. A desconcentração pode advir de um desempenho mais favorável, ao longo do período analisado, dos setores em que as regiões beneficiárias da desconcentração mostram-se mais especializadas. A fim de se investigar se houve um processo de realocação é necessário desagregar a análise por setores industriais, o que permite adicionalmente investigar algumas possíveis motivações para esse movimento. Espera-se que: a) haja uma migração de setores intensivos em mão-de-obra, como calçados e têxtil, para os estados em que os salários médios sejam mais baixos; b) haja um melhor desempenho de setores agroindustriais – como alimentos e madeira e mobiliário – em regiões de fronteira agrícola, como o Centro-Oeste; e c) setores intensivos em capital, como as indústrias metalúrgica e mecânica, estejam menos sujeitos ao processo de realocação.

O primeiro passo para avaliar o deslocamento inter-regional do emprego dentro de um mesmo setor é observar os diferenciais absolutos de participação, entre 1986 e 1997, de cada estado e região para cada setor industrial (Tabela 2). Tomando-se as indústrias intensivas em capital (metalúrgica e mecânica), há uma nítida e intensa transferência de emprego da região Sudeste para a região Sul, ou seja, a queda de participação observada no Sudeste nesses dois setores tem como contrapartida a elevação de participação da região Sul. Há duas teses correntes para explicar esse movimento. De um lado, Baer et alii (1998, 220;228) argumentam que o Mercosul pode ter o efeito de deslocar o foco de atração de novos investimentos, o que favoreceria em especial a região Sul. De outro lado, o deslocamento do emprego nas indústrias metalúrgica e mecânica pode estar sendo impulsionado pela guerra fiscal; nesse caso, a localização esperada seria aquela do entorno do estado de São Paulo, ainda aproveitando-se das vantagens locacionais próximas às desse estado. O exame de dados desagregados por estado reforça a segunda tese, uma vez que os estados do Paraná e Minas Gerais apresentam crescimento considerável, enquanto o Rio Grande do Sul não mostra variação significativa de sua participação no emprego nas indústrias metalúrgica e mecânica. Nesse sentido, o processo de realocação identificado é regionalmente pouco disperso, como seria esperado para setores intensivos em capital¹.

As indústrias intensivas em recursos naturais – madeira e mobiliário e alimentos e bebidas – apresentaram um padrão de realocação bastante nítido. Em ambos os casos, a queda de participação do Sudeste explica integralmente a elevação da participação das demais regiões, particularmente daquelas em que a disponibilidade do recurso natural relevante é maior. No caso de madeira e mobiliário, a região Norte mostra-se como a principal beneficiária do movimento de realocação, acompanhada pela região Centro-Oeste. Quando observados os dados desagregados por estado, essa atração regional é reforçada, uma vez que todo o crescimento de participação do Centro-Oeste deve-se ao aumento observado em Mato Grosso, estado contíguo à região Norte. No caso de alimentos e bebidas, por sua vez,

¹ Deve-se fazer a ressalva que há diversos elementos que justificam um menor deslocamento de empresas dos setores metalúrgico e mecânico, como a presença de *sunk costs* e de formas de organização da produção que se beneficiam da aglomeração industrial (*just in time*, compartilhamento de informação não codificada etc.).

a queda de participação do Sudeste tem como contrapartida a elevação da do Centro-Oeste, onde encontra-se a principal fronteira agropecuária. Há um movimento, já bastante referenciado na literatura, de migração dos primeiros estágios de processamento de produtos agropecuários (como abate de bovinos, esmagamento de soja e moagem de milho) para a região de fronteira, enquanto atividades de segundo processamento (como processamento de carne, óleo refinado e cereais matinais) ainda concentram-se próximo ao principal centro consumidor: a região Sudeste (Lazzarini & Nunes, 1998) (Sousa *et alii*, 1998).

Tabela 2
Diferenciais Absolutos da Participação do Emprego Industrial
por Setor (1986-97)

	Metal	Mecânica	Mad e Mobil	Têxtil	Calçados	Alim e Beb
RO	0,09	-0,05	1,72	0,05	0,00	0,21
AC	0,00	0,00	0,11	0,03	0,00	0,02
AM	-0,08	0,77	-0,37	-0,32	0,00	0,14
RR	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
PA	0,21	0,04	2,80	-0,37	0,00	-0,82
AP	0,03	0,00	-0,21	0,00	0,00	-0,03
Norte	0,25	0,74	4,04	-0,60	0,00	-0,46
MA	0,30	-0,14	-0,13	0,07	-0,01	0,09
PI	0,09	-0,01	0,10	0,25	0,02	0,34
CE	0,25	0,24	0,34	1,57	6,90	-0,05
RN	-0,02	-0,01	0,07	0,51	0,39	0,17
PB	0,04	-0,03	0,05	0,57	2,93	-0,03
PE	-0,17	-0,57	-0,08	-0,15	-0,33	-2,21
AL	-0,03	-0,16	-0,04	-0,06	0,03	1,28
SE	0,01	-0,06	0,13	0,06	0,19	0,01
BA	-0,73	-0,67	-0,56	0,47	-0,13	0,51
Nordeste	-0,28	-1,42	-0,13	3,30	9,98	0,10
MG	1,66	0,51	2,85	2,92	1,41	1,49
ES	-0,10	0,59	-0,91	1,02	-0,09	-0,11
RJ	1,68	-1,69	-2,28	-2,71	-1,11	-1,74
SP	-6,03	-3,60	-7,10	-12,35	-5,91	-3,98
Sudeste	-2,79	-4,19	-7,43	-11,11	-5,70	-4,33
PR	1,54	2,34	0,63	3,68	0,27	2,48
SC	0,25	2,07	-0,03	4,09	-2,96	0,43
RS	0,48	0,13	-0,11	-1,20	-1,38	-2,65
Sul	2,27	4,53	0,49	6,57	-4,08	0,26
MS	0,11	0,07	-1,27	0,10	0,02	1,12
MT	0,10	-0,02	4,19	0,12	-0,01	1,27
GO*	0,23	0,14	0,28	1,53	-0,21	1,58
DF	0,10	0,14	-0,18	0,08	-0,01	0,45
Centro-Oeste	0,55	0,33	3,02	1,83	-0,20	4,43

Fonte: RAIS

O setores industriais intensivos em mão-de-obra – calçados e têxtil – apresentam um padrão de realocação distinto entre si. Enquanto o primeiro deslocou-se de seus principais *clusters*, no Vale dos Sinos (RS) e em Franca (SP), em direção a novos *clusters* na região NE, o segundo mostra um deslocamento do

emprego paulista sobretudo para a região Sul e, de modo mais disperso, para a região NE. Em parte, esse padrão de deslocamento – em *clusters versus* disperso – decorre de características da produção calçadista, bastante beneficiada por economias de aglomeração e ganhos derivados da coordenação vertical entre curtumes e empresas de calçados (Batalha & Silva, 2000). Em contraposição, a produção têxtil é marcada pela descontinuidade das operações, o que permite a dispersão da produção.

Independentemente do padrão de deslocamento, é necessário explicar o porquê da intensidade da realocação das empresas dos setores de calçados e têxtil. Por se tratarem de setores em que o custo de mão-de-obra é bastante relevante na composição do custo final, a hipótese mais imediata é que esse deslocamento tenha sido motivado por menores custos de mão-de-obra nas regiões que obtiveram diferenciais positivos de participação no emprego.

A fim de se avaliar essa hipótese, a Tabela 3 compara os salários médios das indústrias de calçados e têxtil nos principais estados envolvidos no processo de realocação. No caso de calçados, os estados que apresentaram expressiva queda de participação, São Paulo e Rio Grande do Sul, tem salários médios acima da média nacional, assim como Pernambuco e Rio de Janeiro, que também perderam participação. Os estados que tiveram aumento de participação, por sua vez, como Ceará, Paraíba e Minas Gerais, são estados cujo salário médio na indústria de calçados é inferior à média nacional. Outro movimento interessante e esperado de ser notado é a diminuição da diferença entre o salário médio brasileiro e aquele observado no Ceará e na Paraíba, o que indica que a realocação pode ter impactos positivos no salário das regiões beneficiárias da migração.

A diferença de salários, no entanto, é claramente insuficiente para explicar de modo abrangente o processo de realocação. Estados como o Rio Grande do Norte e Goiás apresentam custos salariais inferiores aos do Ceará e Paraíba, nenhuma desvantagem logística expressiva e, no entanto, não foram capazes de alavancar o crescimento do setor calçadista.

No caso da indústria têxtil, a queda de participação de São Paulo, onde se observam os maiores salários médios, teve como contrapartida a elevação da participação do Ceará, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Enquanto nos três primeiros o salário médio é inferior ao nacional, em Santa Catarina o salário médio é semelhante ao de São Paulo. Ainda mais claramente que no caso da indústria de calçados, o processo de realocação na indústria têxtil não pode ser entendido apenas a partir de diferenciais de salários. Outros elementos, como um adensamento mínimo do tecido industrial, são necessários para explicar a capacidade de uma região aumentar a sua participação no emprego desses setores. Entre esses elementos, um que assumiu grande importância na década de 90, sobretudo pela transferência de recursos da União para estados e municípios após a Constituição de 1988, foi a guerra fiscal. Estados que articularam uma política de atração de investimentos – como foi o caso do Ceará – conseguiram um aumento de participação no emprego superior àquele que os condicionantes de mercado (preço dos fatores de produção) poderiam explicar.²

De um modo geral, a análise revela que, embora a busca por menores custos de insumos (mão-de-obra ou matéria-prima) não seja um elemento suficiente para

² A respeito de algumas políticas estaduais de incentivo ao investimento industrial ver Rodrigues (1998).

explicar a realocação, esta é uma relação claramente observada nos diversos setores. Os estados de maior crescimento da participação no emprego industrial agregado (Tabela 1), Goiás e Mato Grosso do Sul, apresentam simultaneamente menores custos de insumos intensivos em recursos naturais, como produtos da agropecuária, e salários médios mais baixos, podendo atrair também os setores intensivos em trabalho.

Tabela 3
Salários Médios por Setor
(média do Brasil = 1)

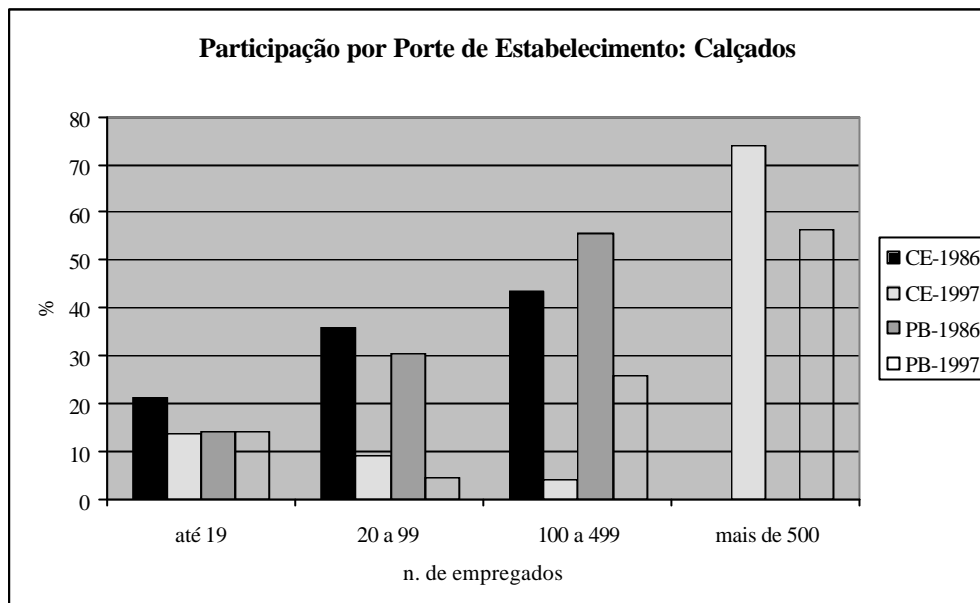
Calçados			Têxtil		
	1986	1997		1986	1997
CE	0,68	0,73	CE	0,63	0,72
RN	0,60	0,63	RN	0,76	0,63
PB	0,72	0,82	PB	0,71	0,68
PE	1,05	1,17	PE	0,87	0,85
BA	0,61	0,66	BA	0,84	0,67
MG	0,77	0,75	MG	0,74	0,69
RJ	0,84	1,54	RJ	0,82	0,82
SP	1,13	1,12	SP	1,18	1,31
RS	1,02	1,05	SC	1,11	1,21
GO	0,55	0,53	GO	0,67	0,56

Fonte: RAIS

Uma vez que os diferenciais de preços de insumos não são suficientes – ainda que permaneçam importantes – para explicar o processo de realocação em sua totalidade, as políticas de concessão de incentivos fiscais devem ter afetado as decisões de realocação industrial. Supondo que as empresas de grande porte tenham mais capacidade de apropriar-se desse tipo de incentivo³, é razoável supor que o porte padrão dos estabelecimentos nos estados beneficiários do movimento de realocação seja maior que aquele observado nos mesmos estados no passado. Em outras palavras, um processo de realocação calcado em incentivos fiscais tem como impacto adicional uma modificação no perfil dos estabelecimentos, introduzindo um viés pró grandes empresas. O Gráfico 2 compara o tamanho dos estabelecimentos para o caso do setor de calçados em 1986 e 1997, nos dois principais estados beneficiários da realocação. Pode-se notar claramente uma acentuada elevação do porte dos estabelecimentos, de tal modo que mais da metade do emprego no setor de calçados, em 1997, no CE e PB, estava vinculada a estabelecimentos com mais de 500 empregados.

³ Essa suposição pode ser sustentada por dois argumentos não-mutuamente excludentes. Primeiro, a obtenção de incentivos fiscais depende de domínio de informação relevante e capacidade de negociação, elementos fortemente sujeitos a economias de escala. Segundo, grandes empreendimentos são proporcionalmente mais visíveis, de tal modo que a renúncia fiscal para atrair uma grande empresa pode traduzir-se em um maior número de votos ao governante. Como consequência, estes tem mais interesses em conceder favores fiscais a empresas de maior porte.

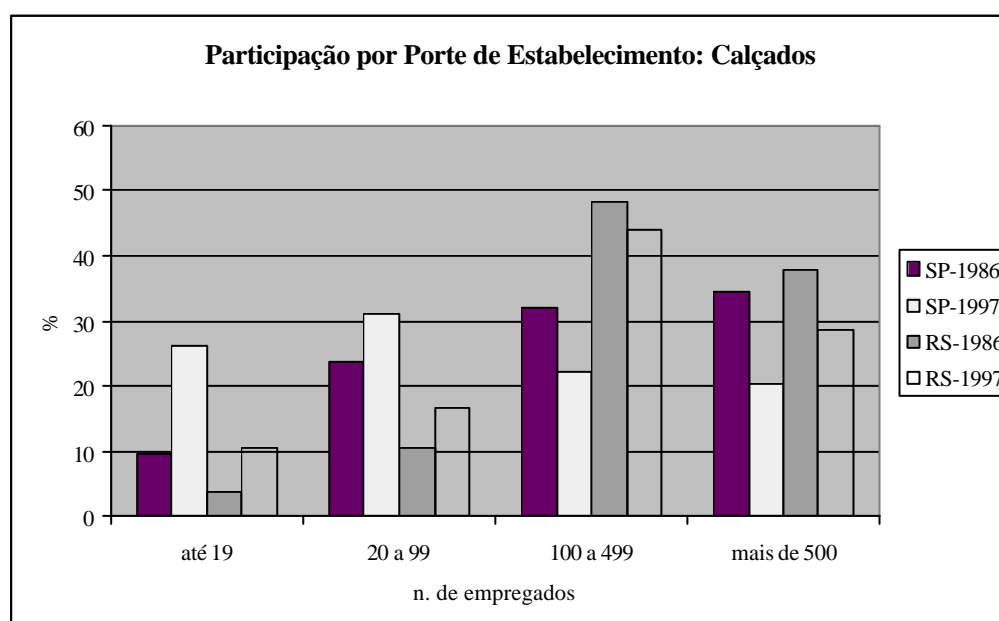
Gráfico 2



Fonte: RAIS

O fenômeno de aumento do tamanho médio das plantas pode estar associado a uma tendência da indústria, de tal modo que o mesmo padrão poderia ser observado em São Paulo e Rio Grande do Sul. Com a finalidade de se avaliar se o porte dos estabelecimentos do CE e PB distingue-se das demais, o Gráfico 3 apresenta o porte dos estabelecimentos situados naqueles dois estados. Pode-se notar que a maior parte das empresas são médias (de 100 a 499 empregados) e, adicionalmente, a tendência entre 1986 e 1997 foi de queda do tamanho dos estabelecimentos. Há, portanto, fortes indícios de que a política de atração de investimentos dos governos estaduais do Ceará e Paraíba – o que inclui concessão de incentivos fiscais – foram determinantes no processo de realocização de empresas da indústria calçadista.

Gráfico 3



Fonte: RAIS

Tabela 3
Evolução da Participação no Emprego Industrial por Setores
 (% ao ano)

	NO	NE	SE	SU	CO
Metalúrgica					
1986/1990	5,8	-1,4	-0,4	1,6	6,4
1991/1993	-1,8	-5,8	-0,2	2,3	1,2
1994/1997	1,7	-1,4	-0,4	0,1	1,6
Mecânica					
1986/1990	5,1	-4,8	-0,1	0,7	1,5
1991/1993	-8,8	6,5	-1,8	4,5	10,0
1994/1997	15,3	-4,8	0,0	0,5	3,8
Madeira e Mobiliário					
1986/1990	6,7	2,1	-1,6	-0,6	3,4
1991/1993	2,2	-6,2	-3,2	2,8	1,8
1994/1997	2,5	2,1	-1,1	-1,2	7,7
Alimentos e Bebidas					
1986/1990	-0,9	1,8	-1,0	-0,3	3,5
1991/1993	-2,6	-1,6	0,1	-0,1	5,8
1994/1997	-1,9	1,8	-1,4	0,8	8,8
Têxtil					
1986/1990	-14,3	2,4	-0,7	1,4	6,7
1991/1993	-1,3	-0,6	-1,7	6,1	5,5
1994/1997	-1,2	2,4	-2,4	2,8	13,3
Calçados					
1986/1990	-6,1	3,7	0,1	-0,1	-6,3
1991/1993	-13,6	15,1	-4,1	1,6	-0,2
1994/1997	20,0	3,7	-1,1	-2,8	-1,6

Fonte: RAIS

A divisão da taxa de crescimento da participação para cada setor nos mesmos períodos utilizados na Tabela 1 – pré-abertura (1986-1990), período de ajuste (1991-1993) e período de consolidação (1994-1997) – não conduz aos mesmos resultados observados nos dados agregados. Enquanto no agregado o período de consolidação apresentava uma tendência de desconcentração acelerada, em uma análise setorial não é possível observar um padrão comum. No caso das indústrias metalúrgica e mecânica, o movimento relevante, conforme expresso na Tabela 2, deu-se do Sudeste para o Sul, de tal modo que as elevadas taxas observadas na Tabela 3 em outras regiões, como a região Norte, refletem sobretudo uma pequena base inicial. Ao contrário do observado nos dados agregados, o momento de realocação intensa coincidiu com o período de ajuste inicial, entre 1991 e 1993. As indústria de calçados – cujo movimento relevante deu-se do Sul e Sudeste para a região Nordeste – também apresentou um forte movimento de realocação no período de ajuste. É digno de nota que a queda de participação da região Sudeste foi verificada anteriormente àquela da região Sul, que foi observada entre 1994 e 1997. Essa defasagem entre as duas regiões pode decorrer da valorização cambial neste período, cujos efeitos foram mais forte no Vale dos Sinos, região responsável por cerca de 80% das exportações brasileiras. Como resultado geral, pode-se inferir que as particularidades setoriais – como sensibilidade à taxa de câmbio, distintos cronogramas de redução de tarifas e intensidade de custos irrecuperáveis (que dificultam a realocação) – mascaram os

efeitos da mudança institucional comum. O efeito é observado, mas de modo distinto entre os diversos setores.

3. O Emprego Industrial no Estado de São Paulo.

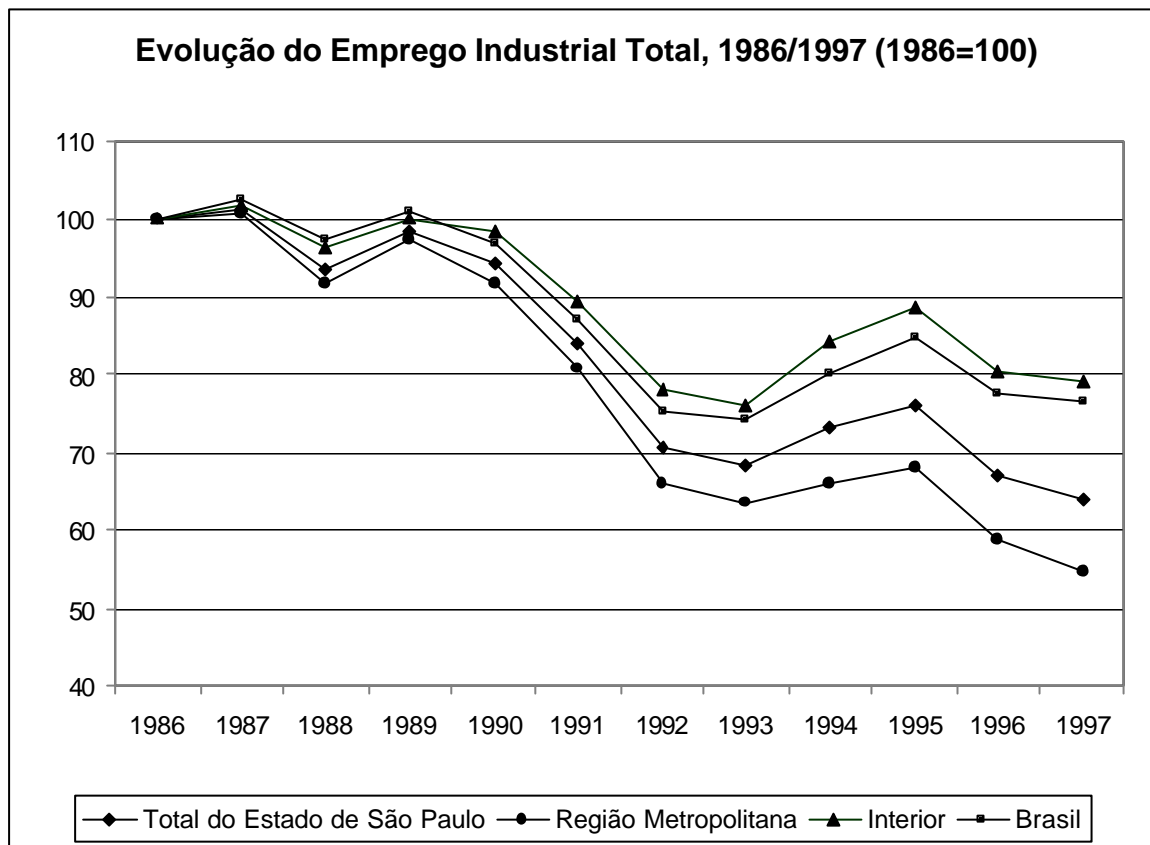
As hipóteses levantadas inicialmente no trabalho eram de que as mudanças institucionais ocorridas na economia brasileira no final dos anos 80 acentuaram um processo de realocação industrial motivado pela busca de menores custos e incentivos fiscais. Esperava-se que os setores intensivos em trabalho (têxtil e calçados) deslocassem-se para as regiões de salários mais baixos (com destaque para o Nordeste), setores agroindustriais (alimentos e madeira e mobiliário) direcionassem-se para a fronteira agrícola (Centro-Oeste) e que os setores intensivos em capital (por exemplo, metalúrgico e mecânico) apresentassem uma menor realocação.

Os dados apresentados na seção anterior confirmam, de certa forma, as duas primeiras expectativas mas não a terceira. Em termos inter-regionais os setores intensivos em capital parecem ter se concentrado nas regiões mais desenvolvidas do país (Sudeste e Sul), confirmando que com a abertura os setores mais dinâmicos da economia tendam a situar-se nas regiões com maior densidade industrial, maior mercado consumidor, melhor infra-estrutura e mão-de-obra mais qualificada. No entanto, foi possível observar (Tabela 2) um movimento de realocação nas indústrias metalúrgica e mecânica internamente à região Sudeste e desta para a região Sul.

Para complementar a análise desse processo, esta seção avalia a evolução do emprego dentro do Estado de São Paulo (ESP), desmembrando-o em Região Metropolitana (RMSP) e Interior. Desse modo, pode-se avaliar se houve realocação dentro das fronteiras do mesmo estado, eliminando parte dos efeitos da guerra fiscal.

Como destacado anteriormente, São Paulo foi, com exceção do Rio de Janeiro, o estado que apresentou a maior retração do emprego formal industrial. Observa-se no gráfico 4 que, em termos de tendência, o comportamento do emprego industrial no ESP e nas suas regiões é semelhante ao do resto do Brasil. Sua forte retração industrial no início da década decorre tanto do quadro recessivo da economia brasileira como da abertura comercial que detonou uma série de processos de reestruturação industrial, mas que afetou a indústria nacional como um todo. Destaca-se no gráfico 4 que o pior desempenho do ESP começa a se acentuar, principalmente, a partir de 1991, quando se amplia a distância entre as curvas que mostram a evolução do emprego no Brasil e no ESP. Isto poderia ser explicado tanto por um processo de realocação como pelo estado ter uma participação significativamente maior nos setores que foram mais afetados pelas transformações ocorridas. Nesse último caso, a indústria do ESP como um todo apresentaria um desempenho pior que a média, mas não tenderia a ocorrer mudança significativa das participações dos estados em cada setor. Entretanto, verifica-se a queda na participação do ESP tanto nos setores que poder-se-ia esperar uma realocação em busca de menores custos, como naqueles que esperava-se um menor movimento, como pode ser visto na Tabela 4.

Gráfico 4



Fonte: RAIS

Dividindo-se o ESP em RMSP e Interior, observa-se, no Gráfico 4, que a retração do primeiro pode ser explicada completamente pelo desempenho da RMSP, que apresentou uma retração de 45% no emprego industrial nesse período. Esta queda foi significativamente maior que a do Brasil (-21,7 pontos percentuais de diferença), enquanto a queda no interior foi ligeiramente inferior a do país (21% frente a 24%) atenuando uma queda ainda mais acentuada do ESP. Com isso, a RMSP passou de uma participação de 28,4% do emprego industrial no Brasil e 62% no ESP, em 1986, para 20,3% e 52%, respectivamente, em 1997; enquanto o interior obteve um pequeno crescimento da sua participação no emprego industrial do país. Nota-se, portanto, um processo de realocação do emprego industrial também dentro do Estado de São Paulo.

A diferença de desempenho entre a RMSP e o Interior também poderia ser explicada pela diferença da estrutura industrial das duas regiões, com a RMSP tendo uma maior participação dos setores que foram mais afetados pela abertura. Também nesse caso, os dados mostram que, independente do setor industrial, assiste-se a um processo de realocação com perda de importância do ESP e, dentro deste, aumento da participação do Interior.

A Tabela 4 evidencia que o Estado de São Paulo apresentou, no período 1986/97, queda na participação no emprego em todos setores analisados, o que reflete taxas de crescimento do emprego menores que as do Brasil em cada um dos setores. Deve-se notar que as maiores diferenças aparecem nos setores de madeira e mobiliário, têxtil e calçados. O primeiro setor pode ser explicado pela necessidade de

a indústria localizar-se próxima às fontes de matérias-primas ou ao mercado consumidor, o que também é o caso do setor de alimentos e bebidas, enquanto os dois últimos, como destacado na seção anterior, experimentaram um processo de realocação motivado por custos da mão-de-obra combinados com incentivos fiscais. A menor queda de participação observou-se no setor mecânico, em que elementos como custos irrecuperáveis e necessidade de adensamento produtivo dificultam estratégias de realocação.

Tabela 4
Participação do Emprego Total do Setor no Brasil: 1986-1997

Setores	Estado de São Paulo			Região Metropolitana			Interior		
	1986	1997	1997/1986	1986	1997	1997/1986	1986	1997	1997/1986
Metalúrgica	51,50	45,46	0,88	37,71	27,61	0,73	13,79	17,85	1,29
Mecânica	59,93	56,34	0,94	34,88	31,56	0,90	25,05	24,77	0,99
Têxtil	49,06	36,71	0,75	30,44	19,89	0,65	18,62	16,82	0,90
Calçados	27,92	22,01	0,79	5,15	1,92	0,37	22,77	20,08	0,88
Alimentos e Bebidas	31,87	27,89	0,88	9,64	8,34	0,87	22,23	19,55	0,88
Madeira e Mobiliário	26,71	19,61	0,73	14,05	7,82	0,56	12,67	11,80	0,93
Total	45,92	38,44	0,84	28,40	20,33	0,72	17,52	18,10	1,03

Fonte: RAIS

Desmembrando-se o ESP em RMES e Interior, percebe-se que a primeira apresentou taxas de crescimento do emprego inferiores ao Estado em todos os setores industriais concentrando grande parte da redução da participação estadual no Brasil. Na comparação do desempenho do Interior em relação ao Brasil, nota-se um desempenho inferior nos setores em que o ESP como um todo apresentou o pior desempenho relativo: alimentos e bebidas, calçados, têxtil e madeira e mobiliário. No setor mecânico, o desempenho foi ligeiramente inferior ao do país, enquanto no metalúrgico teve uma performance significativamente melhor⁴.

Esses dados confirmam, portanto, que assim como para o Brasil está ocorrendo o processo de desconcentração industrial, com queda na participação do ESP, o mesmo movimento é observado dentro do Estado, com a diminuição da importância da RMSP.

Deve-se destacar que, enquanto no país a desconcentração mais acentuada se dá nos setores leves da indústria (têxtil, calçados e alimentos), dentro do ESP o maior movimento concentra-se em setores pesados (metalúrgica e mecânica, por exemplo).

As tabelas abaixo mostram a evolução da participação da RMSP, do interior e dos estados do Sul e Sudeste nos setores metalúrgico e mecânico. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a participação das regiões Sul e Sudeste em conjunto não apresentou tendência a queda, assim, estes setores continuam concentrados nas regiões mais ricas do país.

No setor metalúrgico observa-se que o estado que concentrou, praticamente, a totalidade das perdas foi São Paulo, sendo que esta ficou restrita à RMSP. Da perda de 10 pontos percentuais na participação da RMSP, 4 pontos foram absorvidos no próprio estado pelo aumento da participação do Interior e o restante se distribuiu, basicamente, pelos estados de MG, RJ e PR. Percebe-se, portanto, que o deslocamento das empresas metalúrgicas ficou restrito ao entorno da RMSP. Pode-se concluir, que este setor está sujeito à influência da guerra fiscal, como atestado pela atração de MG

⁴ Esta melhor performance do interior também se verificou em outros setores, como por exemplo: Materiais elétricos e de comunicação, papel e gráfica, química e material de transporte.

4. Comentários Finais

O processo de distribuição espacial do emprego industrial no Brasil, observado no período recente, reconfirma as tendências de desconcentração que caracterizaram a economia brasileira a partir da segunda metade da década de 70. Embora tenha havido um arrefecimento desse movimento no período pré-abertura, a consolidação dos efeitos da mudança no ambiente institucional – abertura de mercado e guerra fiscal – está associada a uma aceleração da realocação de setores industriais. Esse processo não se deu de imediato, em parte por restrições do ambiente de instabilidade econômica do início da década, que impunha estratégias defensivas às empresas. Dessa forma, o movimento de realocação é mais nítido a partir de 1994.

O padrão de realocação, no entanto, é distinto daquele observado na segunda metade dos anos 70, cujo impulso estava associado aos investimentos públicos. Naquele caso, a condução da política de desenvolvimento pela União permitiu que a realocação transformasse a estrutura produtiva dos estados receptores dos novos investimentos, sendo o Pólo Petroquímico de Camaçari um dos ícones dessa transformação. No período recente, a realocação ainda depende da ação pública, conduzida predominantemente no nível estadual. No entanto, o deslocamento dos setores industriais tem confirmado o movimento que seria esperado pela ação independente das empresas em busca de menores custos de produção. Em outras palavras, o movimento mais relevante de realocação consiste na migração de indústrias intensivas em trabalho, para regiões em que o custo da mão-de-obra é inferior à média nacional, e de indústrias intensivas em matéria-prima, para regiões em que o recurso natural relevante é mais barato. Embora a ação dos governos estaduais seja relevante para explicar o destino dos novos investimentos, não se observa, na maior parte dos casos, uma mudança significativa da estrutura produtiva nos diversos estados.

Os setores intensivos em capital continuam concentrados na região Centro-Sul beneficiando-se da densidade industrial. Deve-se notar que a perda de participação do Estado de São Paulo para os demais estados da região nos setores metalúrgico e mecânico mostra que os incentivos fiscais são relevantes, mas o amplo processo de realocação, também dentro do Estado, evidencia que não é apenas a guerra fiscal o determinante para a localização destes setores. A qualificação da mão de obra, a infraestrutura disponível e a proximidade do mercado consumidor são fatores determinantes em uma estratégia de realocação.

Finalmente, embora haja uma nítida tendência de desconcentração do emprego industrial, não é possível concluir que haja uma desconcentração da renda. As características do processo de distribuição espacial do emprego permitem afirmar que o Centro-Sul tem perdido postos de trabalho em setores de baixo conteúdo tecnológico, como alimentos, calçados, madeira e têxtil. Ademais, mesmo nesses setores, há uma migração de plantas freqüentemente não acompanhada pela gerência superior. Em outras palavras, as atividades de maior valor relevância nesses setores, como *marketing* e *desing*, ainda encontram-se no Centro-Sul. Esses elementos podem contribuir para conciliar as conclusões aparentemente díspares entre os trabalhos recentes sobre desenvolvimento regional (Diniz, 1999) (Sabóia, 1999), sobretudo por abordarem variáveis distintas – produto e emprego –, cuja dissociação ficou evidente na reestruturação industrial dos anos 90.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, T. A. & SERRA, R. V. (1999). **(Des)Concentração Espacial da Indústria Brasileira: possibilidades e limites da investigação.** Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Economia - ANPEC, 1999
- AZZONI, C.R. (1997) **Concentração Regional e Dispersão das Rendas Per Capita Estaduais: Análise a partir das Séries Históricas Estaduais de PIB, 1939-1995.** In: Estudos Econômicos v.27 n.3 pp341-393
- BAER, W; HADDAD, E. & HEWINGS, G. (1998). **The Regional Impact of Neo-Liberal Policies in Brazil.** Economia Aplicada, v.2, n.2, pp.219-241.
- BATALHA, M. & SILVA, C.A. (Coord.) (2000). **Eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil.** CNA/CNI/SEBRAE.
- CANO, W. (1997). **Auge e Inflexão da Desconcentração Econômica Regional.** In: AFFONSO, R.B.A. & SILVA, P.L.B. A Federação em Perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: Hucitec – ABET.
- DINIZ, C.C. (1995). **Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas.** IPEA (Texto para Discussão n.375).
- . **A Nova Configuração Urbano-Industrial no Brasil.** Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Economia - ANPEC, 1999
- DINIZ, C.C. & CROCCO, M.A. (1996). **Reestruturação Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira.** Nova Economia, v. 6, n. 1, jul. 1996, pp.77-102.
- OLIVEIRA, C.W.A. & GUIMARÃES NETO, L. (1997). **Emprego Organizado e Regiões nos Anos 90: Quem Perdeu Mais?** Estudos Econômicos, v.27, n. Especial, pp.37-64.
- LAZZARINI, S.G. & NUNES, R.. (1998). **Competitividade do Sistema Agroindustrial da Soja.** In: FARINA, E.M.M.Q. (Coord.) Competitividade da Agroindústria Brasileira. PENSA-IPEA, CD-ROM.
- RODRIGUES, D.A (1998) **O Papel dos Governos Estaduais na Indução do Investimento: A Experiência dos Estados do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais.** In: Revista do BNDES n.10, pp151-174
- SABÓIA, J. (1999). **Desconcentração Industrial no Brasil nos Anos 90 - Um Enfoque Regional.** Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Economia - ANPEC, 1999
- SCHARTSMAN, A (1996) **Convergence across Brazilian States;** FEA/USP, Seminários Acadêmicos, Texto para Discussão Interna, n. 02/96

SOUSA, E.L., SAES, M.S.M. & AZEVEDO, P.F. (1998). **Competitividade do Sistema Agroindustrial do Milho.** In: FARINA, E.M.M.Q. (Coord.) **Competitividade da Agroindústria Brasileira.** PENSA-IPEA, CD-ROM.

ZINI Jr, A A (1998) **Regional Income Convergence in Brazil and its Socio-Economic Determinants.** In: *Economia Aplicada*, v2.n.2, pp383-411.